



ESPAÇO DAS ÁGUAS

Boletim sobre El Niño indica continuidade do fenômeno pelos próximos três meses e possibilidade da formação do La Niña no segundo semestre



A nova edição do boletim Painel El Niño 2023-2024 já está disponível no site da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). A publicação atualiza mensalmente as informações sobre o monitoramento, previsões e impactos do fenômeno climático El Niño no Brasil. Segundo o informe, as previsões dos modelos climáticos indicam a continuidade da manifestação do fenômeno El Niño com intensidade forte nos próximos três meses e permanência até pelo menos abril. De acordo com as projeções do International Research Institute for Climate and Society (IRI), as anomalias de temperatura da superfície do mar atingirão a neutralidade no outono, com possibilidade da formação do fenômeno La Niña no segundo semestre deste ano.

O La Niña, ao contrário do El Niño, é um fenômeno que consiste no resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico e é responsável tanto por chuvas fortes no Norte e Nordeste do Brasil quanto por secas no Sul. O boletim é produzido em parceria com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

Essa edição do boletim destaca que

durante o dezembro de 2023 as anomalias de chuva – que são a diferença entre a precipitação ocorrida e a média esperada – diminuíram em relação ao mês anterior com valores entre 50 e 100 mm acima da média histórica. Considerando-se a previsão de anomalia de chuva para o período de 31 de janeiro a 29 de fevereiro, há indicação de condições mais úmidas do que o normal entre o centro e leste do País, entre parte de Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e parte de São Paulo. Para grande parte das demais regiões do Brasil, a previsão indica o predomínio de condições mais secas do que o normal.

Em relação à previsão do armazenamento de água no solo para janeiro, o Painel El Niño 2023-2024 informa que as chuvas observadas em dezembro de 2023 e janeiro de 2024 contribuíram para a elevação nos níveis de umidade no solo em grande parte do Brasil, principalmente no sul da região Norte, assim como em áreas da região central do País. Em grande parte da região Sul, o prognóstico é de elevados níveis de umidade.

Conforme a publicação, a

previsão climática para o Brasil em fevereiro, março e abril indica maior probabilidade de chuva abaixo do normal em parte da porção central e Norte do Brasil. Já em áreas do Centro-Sul e Noroeste, a previsão indica maior probabilidade de chuva acima do normal.

O Painel também aborda a situação e os impactos sobre os recursos hídricos, como as condições de seca em todo o País, retratada pelo Monitor de Secas. A ferramenta da ANA indicou áreas com seca grave e extrema no Norte e no Nordeste de novembro para dezembro, com destaque para o surgimento de áreas com seca excepcional no sul de Rondônia e oeste de Mato Grosso. No Nordeste aumentaram as áreas com seca grave, atingindo o oeste da Bahia e o sul do Piauí, além do surgimento de uma área com seca extrema no centro-sul baiano. Pela primeira vez, o Mapa do Monitor mostra a situação no Amapá, com áreas em situação de seca fraca ao sul e ao norte do seu território.

ACESSE O PAINEL: <https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/todos-os-boletins-mensais-1/todos-os-boletins-mensais/todos-os-boletins-mensais>



Equipamento criado na UFRN é instrumento eficiente e ecologicamente sustentável para atenuar impactos da seca

Um grupo de três pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desenvolveu um dessalinizador solar modular projetado especificamente para atender às condições operacionais do semiárido brasileiro, beneficiando, sobretudo, a população que vive no Nordeste e no norte de Minas Gerais. O equipamento teve seu depósito de pedido de patente realizado na primeira semana do mês de janeiro, sob a denominação Dessalinizador solar modular.

O método de dessalinização assemelha-se aos processos naturais, como a vaporização da água do oceano e a formação de nuvens, mas em uma escala reduzida. Quando a luz solar atinge a bacia contendo água salina, esta aquece e evapora livre dos sais. O vapor de água condensa na tampa transparente do dessalinizador, retornando ao estado líquido. Contudo, a água ainda não está pronta para consumo, pois a eficiência na remoção de sais é tão alta que requer correção da salinidade. Isso é alcançado misturando quantidades definidas da água originalmente salina, como a produzida em um processo chamado de diluição.

Wildson Ursulino Leite explica que o equipamento opera aproveitando exclusivamente o calor solar para retirar sais da água por meio de destilação. Ele ressalta que todo o desenvolvimento do dessalinizador solar modular foi pautado pelo baixo custo de construção, manutenção e operação, além da máxima eficiência, segurança química da água produzida e respeito ao meio ambiente. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa buscou aplicar desenhos que minimizassem as perdas por reflexão da luz solar na tampa do dispositivo, bem como a utilizar materiais quimicamente seguros e com propriedades compatíveis com o processo. O método semibatelada, em que o sistema é carregado apenas com um volume inicial de água salinizada, possibilita o funcionamento sem a necessidade de sistemas de controle, bombas ou outros recursos elétricos ou eletrônicos. Isso amplia a capacidade de o dessalinizador ser utilizado em localidades descentralizadas.

“Ele pode ser instalado em unidades de diferentes tamanhos, atendendo desde residências isoladas até comunidades rurais inteiras. A abordagem modular permite a ampliação ou a redução desses dispositivos a partir da mesma plataforma construtiva, por meio da combinação de peças pré-moldadas de concreto leve, semelhante a um quebra-cabeça”, pontua Leite. O cientista defende que, embora isoladamente essa tecnologia não resolva integralmente o desafio da segurança hídrica no semiárido brasileiro, ela se configura como uma alternativa acessível, eficiente e ecologicamente sustentável para atenuar os impactos da seca e contribuir na convivência com esse fenômeno.

Um dessalinizador solar é formado basicamente de quatro componentes: a cobertura ou tampa transparente, responsável por permitir a passagem da radiação solar e a condensação dos vapores de água, necessitando ser inclinada em relação à horizontal para escoamento do destilado; as calhas, usadas para coleta e drenagem de destilado para fora do sistema; a bacia, reservatório de água salinizada propriamente e fica em associação com o material coletor de radiação, o fotocoletor, quando o equipamento é do tipo direto; e, por fim, o corpo, estrutura externa que acomoda os demais componentes e fornece isolamento térmico.

Além de Wildson Leite, são inventores envolvidos no patenteamento os professores André Luis Lopes Moriyama e Magna Angélica dos Santos Bezerra Sousa, ambos do Departamento de Engenharia Química (DEQ/UFRN). O trio identifica que o contexto no qual a invenção está imersa é ecológica, econômica e socialmente relevante, já que o semiárido brasileiro abrange cerca de 12% do território nacional e, de acordo com dados do Ministério da Integração Nacional em 2017, com uma população próxima aos 30 milhões de habitantes.





Obras da Adutora Seridó, no Rio Grande do Norte avançam em mais uma etapa



Em mais uma etapa das obras da Adutora Seridó, foi iniciado nesta quinta-feira (25), o assentamento do tubo PRFV (polímero reforçado com fibra de vidro) do trecho 4N da adutora, visando dar celeridade à execução para garantir o abastecimento das cidades de Currais Novos e Acari.

Os serviços realizados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) são acompanhados pelo Governo do RN, por meio de equipes da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

Este trabalho de assentamento do tubo está sendo executado entre os municípios de Currais Novos e São Vicente.

As obras do Projeto Seridó estão

sendo realizadas em várias frentes. A do trecho São Vicente Currais Novos tem uma importância adicional. É que o estoque de água dos reservatórios que abastecem as duas cidades – Dourados e Gargalheiras – está em nível crítico e as chuvas da pré-estação não contribuíram para elevar as reservas hídricas do RN.

É um trecho emergencial para evitar colapso no abastecimento de Currais Novos, município de 41,3 mil habitantes, e de Acari (10,6 mil), segundo informou o secretário de estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Paulo Varela.

Projeto Seridó - Serão investidos aproximadamente R\$ 600 milhões na

construção da infraestrutura hídrica necessária para levar água aos municípios do Seridó do Rio Grande do Norte. São 24 municípios que, junto, tem hoje uma população de 284.208 habitantes e um total de 100.820 domicílios particulares.

O Projeto Seridó tem o objetivo de garantir segurança hídrica ao Seridó potiguar, com a implantação de sistemas adutores para captação de água em reservatórios já existentes no sul da região, atendendo a pequenas demandas, e para retirada e transferências de água armazenada nas barragens Oiticica e Armando Ribeiro Gonçalves, no caso de demandas mais significativas previstas até o ano de 2070.



Comitiva do Governo Federal conheceu Agrovila no Complexo Oiticica, em Jucurutu/RN



Uma comitiva do Governo Federal conheceu no dia 22 de janeiro deste ano a Agrovila Raimundo Nonato, no Complexo Oiticica na zona rural de Jucurutu.

Na ocasião foi apresentado e aprovado pelas 37 famílias da agrovila o parcelamento dos lotes produtivos. Cada família vai ficar com 4,8 hectares, além da área de reserva legal, açude comunitário e 0,7 hectares da casa residencial e quintal produtivo.

Na reunião com os moradores

também foram discutidas outras pautas como a estrada vicinal no entorno da área produtiva, o cercamento dos lotes, o Pronaf-A e o diálogo com o Banco do Nordeste. A reunião contou com a presença das 37 famílias da Agrovila, a coordenação do Movimento dos atingidos e atingidas pela construção do Complexo Hidrossocial Oiticica, a secretária da Casa Civil da Presidência da República, Cristiane Battiston, o assessor Carlos Albertão Perdigão, Erik do Ministério

da Integração e do Desenvolvimento Regional, o secretário da Semarh, Paulo Varela, a coordenadora de infraestrutura da SEMARH, Dara Guedes, diretor-presidente do IGARN, Paulo Sidney, o diretor-técnico do IGARN, Procópio Lucena, o diretor da Fetarn, Francisco Assis, equipe técnica do Consórcio QS/Oiticica, Emater, Sindicatos e técnicos da Semarh.





Comitiva do Governo do RN e da ANA visita obras de recuperação da Barragem das Traíras



O secretário de Recursos Hídricos do RN, Paulo Varela visitou na terça-feira (27/02) as obras de recuperação da parede da Barragem Passagem das Traíras.

Ele esteve acompanhado do Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Marcos Neves; o secretário executivo da superintendência de regulação da ANA, Og Rubert; o diretor-técnico do IGARN, Procópio Lucena; a coordenadora de infraestrutura da Semarh, Dara Guedes, secretário Adjunto da Semarh, Auricélio

Costa.

As obras de recuperação da Barragem das traíras estão em conformidade com o que foi planejado no dia 12 de janeiro deste ano, durante reunião realizada pela governadora Fátima Bezerra na residência de casal Sérvulo e Ana Santana, ao lado da Barragem.

Na referida reunião coordenada pela governadora, com a presença do Governo Federal, através do MIDR/DNOCS, SEMARH, IGARN, parlamentares, prefeitos da região, vereadores, empresa responsável pela

recuperação das obras e população do entorno da Barragem, ficou acordado a ampliação da ensecadeira (fato consumado), até março a fundação e revestimento do vertedor concluído, esse serviço está avançado e deve ser cumprido.

Já a parte do hidromecânico implantada até no máximo em junho. As condições, pelo menos de campo indicam que a parte física da Barragem estará pronta nos prazos acordados.





Presidente do CBH PPA acompanha obras em reservatório da Paraíba



O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu, Waldemar Fernandes acompanhou nesta segunda-feira (26) as obras de recuperação da Barragem Engenheiro Avidos, em Cajazeiras/PB.

Waldemar esteve acompanhado da Coordenadora de Regulação do PISF, Flávia Gomes de Barros, do diretor do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério de Desenvolvimento Regional, Oscalmi Porto Freitas, do diretor de Infraestrutura Hídrica do DNOCS, Luiz Hernani de Carvalho Júnior, do diretor-presidente da AESA/PB, Porfirio Catão Cartaxo Loureiro e do diretor de Acompanhamento e Controle da AESA, Beranger Arnaldo de Araújo.

O açude Engenheiro Avidos tem capacidade para acumular quase 300 milhões de metros cúbicos de água, segundo a Aesa, e abastece a cidade de Cajazeiras. O açude barra as águas do Rio Piranhas e está recebendo água da transposição do Rio São Francisco.

CBH PPA realizou curso de capacitação sobre Bacias Hidrográficas em AssuRN



O CBH PPA realizou nesta quinta-feira (15) mais uma etapa do curso de capacitação sobre Bacias Hidrográficas. Intitulado de “Bacias hidrográficas: conceitos, contextos e realidades na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu” foi realizado no Auditório da UERN/Campus Avançado de Assú – Rua Sinhazinha Wanderley, 871 – Centro de Assú/RN, das 7 às 17 horas, com a participação de alunos do Curso de Geografia, mais especificamente para aqueles matriculados nas disciplinas de Hidrografia e Educação Ambiental, além de membros do CBH PPA, sociedade civil e professores.

O curso contou com palestras sobre os conceitos de bacia hidrográfica e comitê de bacias, os discutiram com o público presente os principais problemas da bacia, e dialogaram sobre as metodologias utilizadas nas mediações dos conflitos no âmbito da bacia hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

O curso de capacitação também contou com o apoio do Comitê de Apoio ao CBH PPA, nas pessoas do coordenador Emídio Gonçalves de Medeiros e do secretário Marcone de Medeiros Nunes. O curso se deu através de uma parceria do

CBH PPA, UERN, SEMARH e IGARN.

“Este já é o terceiro curso realizado pelo Comitê, haja vista que já foi realizado em Sousa/PB, Ipanguaçu/RN e agora em Assu. Esse curso tem uma importância muito grande porque aproxima o Comitê das demais instituições e pessoas, e ainda capacita novos educadores e multiplicadores sobre uma questão fundamental que é a água, principalmente no semiárido”, pontuou o professor Raimundo Inácio, secretário do CBH PPA e um dos palestrantes do curso.



Cobrança pelo Uso da Água avança no país e Estados já observam ganhos com a implementação deste instrumento de gestão hídrica



2023 foi um ano de muitos avanços para a agenda de recursos hídricos no Brasil. A partir dos esforços de sensibilização dos órgãos gestores estaduais, dos comitês de bacia e dos usuários de recursos hídricos, o instrumento de Cobrança pelo Uso da Água foi aprovado em diferentes territórios. Para o diretor Maurício Abijaodi, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, este poderia ser considerado o “ano da cobrança”.

Antecipando a meta prevista no Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040, a Cobrança pelo Uso da Água foi aprovada na Bacia Hidrográfica do Rio Grande (domínio da União) em setembro de 2023. Esta decisão foi tomada após a discussão e aprovação de mecanismo e valores propostos por estudo técnico contratado pela Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e às Agências Infranacionais de Regulação do Saneamento Básico (SAS/ANA).

Nas águas de domínio estadual, foram verificados muitos avanços nessa pauta. Em março, foi aprovada a Cobrança pelo Estado do Tocantins. Em maio, o Estado do Piauí aprovou a regulamentação e os procedimentos gerais para operacionalização da Cobrança. Em junho, foi a vez do Estado de Goiás instituir a prática. Em setembro, aprovou-se a Cobrança no Estado de Alagoas e finalmente em novembro os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos de Rio Grande do Norte e de Sergipe aprovaram também resoluções no sentido de implementar este instrumento de gestão hídrica.

No âmbito federal, registra-se também o avanço das discussões, interrompidas com a pandemia do COVID 19, para o início da Cobrança nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) dos Rios Piancó-Piranhas-Açú (PB/RN) e do Rio Paranapanema (SP/PR). Essa implementação só será possível a partir da contratação de estudo técnico pela ANA, que apresentará subsídios para a discussão e tomada de decisão pelo CBH.

Neste final de ano, destaca-se a aguardada aprovação dos mecanismos para Cobrança pelo uso da água nas Bacias do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí, dois dos mais antigos Comitês de Bacia Hidrográfica do país, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Após uma longa agenda de reuniões e discussões, intensificada em 2023 com oito reuniões do Grupo de Trabalho, o CBH Gravataí aprovou em 12 de dezembro os mecanismos para a implementação do instrumento da Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Já em 14 de dezembro também a plenária do CBH Sinos aprovou o plano de aplicação de recursos arrecadados pela Cobrança, bem como as “fórmulas” a serem utilizadas para o futuro cálculo da Cobrança na bacia.

Contando com apoio técnico da Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança (CSCOB) junto à SAS/ANA durante essa retomada dos trabalhos, ambos os CBHs, do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí, reconheceram a importância do instrumento para a gestão das águas. Assim, iniciou-se a demanda

de ações por parte do órgão gestor estadual no sentido de operacionalizar a Cobrança. Na sequência, esses mesmos comitês adentrarão na discussão relativa à definição dos preços a serem praticados nas respectivas bacias.

Após longo debate sobre a efetiva destinação dos recursos oriundos da Cobrança, o Estado do Paraná aprovou alteração na Política Estadual de Recursos Hídricos, de maneira a garantir a disponibilidade dos recursos aos CBHs de domínio estadual. A Lei Estadual nº 21.100/2022 acrescentou os artigos 22-A e 22-B à Lei nº 12.726/1999, que permitem o pagamento de despesas de pessoal relacionadas ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI/PR), bem como o depósito dos recursos da Cobrança em conta bancária específica de instituição financeira oficial do Estado, em nome do fundo, vinculado ao Instituto Água e Terra (IAT) respectivamente. Assim, supera-se o impasse gerado anteriormente pelo recolhimento ao tesouro estadual de recursos da Cobrança.

Historicamente, a definição dos mecanismos e valores da Cobrança tem seguido o que prevê a legislação quanto a ampla participação da sociedade, inclusive os usuários de recursos hídricos, e tem considerado com bastante sensibilidade a capacidade de pagamento destes mesmos usuários, de modo a não prejudicar a quem produz renda e emprego, ou depende da água para sua subsistência. Até o presente momento, não se verificou impactos significativos sobre os modelos produtivos nas bacias que aprovaram e implementaram a Cobrança, principalmente quando se compara a incidência de variação de preços dos demais insumos produtivos, destacadamente energia e combustíveis.

Vale ressaltar que os recursos provenientes da Cobrança têm aplicação vinculada às mesmas bacias onde foram arrecadados, não podendo ser contingenciados, e contribuem diretamente para aumento da segurança hídrica e da qualidade da água disponível para os múltiplos usos pela sociedade brasileira.

Fonte: ANA



Governo regulamenta cobrança por uso da água bruta no Rio Grande do Norte



O governo do Estado regulamentou a cobrança pelo uso da água bruta no Rio Grande do Norte. A publicação está no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (27). A água bruta é todo tipo de água da forma que é encontrada na natureza, ou seja, que não foi tratada. A regulamentação veio depois que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) aprovou a matéria em novembro.

Para o secretário adjunto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) do estado, Auricélio Costa, a finalidade da medida é fazer com que os usuários percebam que a água, como um bem público, possui também um valor econômico. Outro objetivo é otimizar o uso, evitando, por exemplo, desperdícios.

“Se a água não tem valor, então há uma tendência de uso desenfreado, sem observar os critérios específicos para uma boa gestão da água”, diz o adjunto.

De acordo com Costa, duas leis (uma nacional e uma estadual) já haviam instituído a possibilidade da cobrança da água bruta. Ele ainda destaca que o debate foi feito com todos os setores da sociedade, como a classe empresarial, agricultores familiares e a Companhia de Águas e Esgotos do RN (Caern), representando os demais consumidores.

“Essa cobrança tem esses objetivos maiores de permitir a preservação da água para essa e as futuras gerações”, garante.

Outra finalidade é obter recursos

financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. Com a tarifa, também há o interesse em estimular o investimento em projetos de despoluição, reuso, proteção, preservação e conservação, bem como a utilização de tecnologias limpas e poupadoras dos recursos hídricos.

Para o secretário adjunto da Semarh, a cobrança segue um critério de modicidade, ou seja, de valores pequenos.

“Os setores que serão tarifados são os setores que podem pagar essa água. Por exemplo, o abastecimento humano através da Caern. Então é uma tarifa módica que vai ser cobrada da Caern, também de alguns SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto)”, explica.

Outros cobrados serão setores industriais que fazem uso da água para alguma finalidade industrial.

“Essa água também será tarifada, mas de maneira módica, muito pequena, muito baixa, de tal forma que nesses primeiros anos de cobrança o impacto é mínimo”, afirma Costa.

O decreto prevê diferentes tipos de isenções. Ficam livres das cobranças, dentre outros, os membros da agricultor familiar, os agricultores com até 10 dez hectares irrigados, os usuários de água com salinidade superior a 0,5 g (cinco décimos de grama) de sal

por litro, bem como o uso de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, derivações e captações consideradas insignificantes, as acumulações de volume de água, como açudes, barragens e reservatórios.

O valor a ser cobrado pelo uso da água bruta resultará da multiplicação do volume informado pelo usuário, medido ou outorgado, pelo preço unitário correspondente, seguindo a fórmula:

$VC = V \times PU$, onde:

VC = valor a ser cobrado pela água bruta, em R\$/ano;

V = volume medido ou outorgado de água bruta, em 1.000m³/ano;

PU = preço unitário cobrado pela água bruta, em R\$/1.000m³.

“Essa tarifa vai ser reinvestida nas nossas bacias hidrográficas, na preservação dos reservatórios, na conservação dos rios, na limpeza das fontes, então há todo um trabalho que essa tarifa vai permitir com que a Semarh, o Igarn, o Sistema Hídrico Estadual, possam fazer manutenções a partir de uma mecânica dos reservatórios, limpeza de bacia, todo um trabalho que hoje a gente não consegue operar claramente por falta de recursos”, reivindica o secretário adjunto Auricélio Costa.

Fonte: Agência Saiba Mais



Paraíba cadastra mais duas obras na área de recursos hídricos na plataforma do Novo PAC



O Governo da Paraíba está cadastrando até o final deste mês de fevereiro, mais duas importantes obras que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), do Governo Federal. Trata-se da obra da Terceira Adutora do Sistema Integrado Campina Grande (adutora de água bruta) e da Adutora de Água Tratada do Brejo. O Estado também foi contemplado com a obra do Sistema Adutor Cupissura, que já está contratada

pela Cagepa. O investimento total é de R\$ 423 milhões.

A informação é do secretário de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos, Deusdete Queiroga (foto), acrescentando que os projetos das duas obras estão em fase de conclusão pela Cagepa e serão cadastrados na plataforma do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

A obra da Terceira Adutora

do Sistema Integrado Campina Grande consiste na captação de água do Açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão, para levar até a estação de tratamento de Gravatá, que passará por obras de ampliação. O investimento é da ordem de R\$ 135 milhões.

Já a Adutora de Água Tratada do Brejo, vai levar água de Campina Grande para as cidades de Esperança, Remígio e Arara, com investimentos no valor de R\$ 103 milhões.

Com relação à obra do Sistema Adutor Cupissura, autorizada pelo governador João Azevêdo, em evento no dia 26 de dezembro de 2023, o secretário disse que a expectativa é que ainda no mês de fevereiro seja publicada a licitação. “A construção da barragem de Cupissura e a conclusão da adutora Translitorânea 2ª etapa são obras que representam investimentos de R\$ 185 milhões e serão fundamentais para garantir a segurança hídrica da Região Metropolitana de João Pessoa, pelos próximos 25 anos”, destacou Deusdete. Serão beneficiados os municípios de João Pessoa, Conde, Cabedelo, Bayeux, Alhandra, Caaporã e Distrito de Várzea Nova, em Santa Rita, beneficiando diretamente mais de 1,5 milhão de pessoas.

SEMARH do RN marca presença no XXV SBRH em Aracaju (SE)



Entre os dias 19 e 24 de novembro, uma equipe da SEMARH participou do XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH), em Aracaju/SE. Dias bastante intensos e de muitas discussões e trocas de experiências.

Com o tema “Água e Sociedade: Resiliência, Inovação e Participação”, o Simpósio abrange a área dos recursos hídricos nas mais diversas esferas, abordando desde planejamento e gestão, até proteção de mananciais e recuperação ambiental de bacias. Promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRhidro) a cada dois anos, o SBRH, é o maior evento nacional na área de recursos hídricos e um dos maiores do planeta.



GALERIA DE IMAGENS

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH PPA EM JUCURUTU/RN



Informativo do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu - Escritório de Apoio

Praça Dom José Delgado, 51 - A, 1º Andar -
Paraíba, Caicó/RN (no prédio da Rádio Rural)

Fone: (84) 3417-2948 - (84)9.8896-1840
(84)9.8896-1839

Diretoria

Presidente: Waldemir Fernandes de Azevedo
Vice-Presidente: José Procópio de Lucena
1º Secretário: Raimundo Inácio da Silva Filho
2º Secretário: Jacodemes Garrido de Sousa

Direção de Jornalismo e Produção

Jornalista responsável
Marcos Dantas